

Censo Agropecuário de 2017: precisamos dele também por razões ambientais

Categories : [Colunistas Convidados](#)

Há alguns dias a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado (CRA) acatou a emenda que destina os R\$ 1,825 bilhão para a realização do Censo Agropecuário, que deveria ter ocorrido em 2016, revertendo o corte orçamentário de meses atrás que inviabilizaria sua realização, adiada para o ano que vem. No momento em que se ceifam investimentos em Educação e Saúde, gastar quase 2 bilhões em dados estatísticos no meio rural soa decisão perdulária e semeia discórdia. Mas vale cada centavo, semente plantada e árvore que podemos recuperar.

De 2006 – ano do último censo – para cá, o Brasil se tornou o terceiro maior produtor agrícola do mundo, atrás somente dos EUA e União Europeia. A área de soja cresceu 10 milhões de hectares, a de cana quase 4 milhões e o rebanho bovino aumentou em 10 milhões de cabeças, com o valor da produção agropecuária quase que duplicando. Feijão, arroz e mandioca perderam juntos 2 milhões de hectares e nos tornamos importadores do nosso prato típico. Nesse meio tempo desmatamos algo em torno de 24 milhões de hectares de florestas, cerrados e outros biomas e ecossistemas, área equivalente ao Reino Unido. O PIB do Agronegócio cresceu R\$ 290 bilhões, o suficiente para financiar 159 censos.

Mas porque realizar o censo se já sabemos disso tudo por outras fontes, incluindo pesquisas anuais realizadas pelo próprio IBGE? Porque só através dele conseguimos enxergar o meio rural para além de sua produção. O censo de 2006 – estamos falando de uma década atrás – revelou, por exemplo, em que trilhas seguíamos para alcançar o crescimento agrícola. Para citar algumas, a desigualdade fundiária em 2006 era 48% superior à já enorme desigualdade de renda geral; a quantidade de vegetação nativa alegada como pertencente aos seus ocupantes não caberia no Brasil se descontássemos as Terras Indígenas, Unidades de Conservação e áreas oficialmente declaradas como não destinadas; 91% dos estabelecimentos rurais não contavam com Assistência Técnica regular; 255 mil pessoas se consideravam produtores rurais mas não tinham área para exercer sua vocação; a produção com agricultura familiar era mais eficiente do que aquela sem esse perfil, sendo responsável por 27% do valor total da produção mesmo dispondo de 24% da área total; 73% dos estabelecimentos não usavam agrotóxico; um terço das nossas pastagens eram na verdade ecossistemas campestres; tínhamos o equivalente a 1 Uruguai em terras degradadas ou abandonadas. Pareceria mentira não fossem os dados.

"Não saber o que está acontecendo é também uma péssima estratégia ambiental"

Em meio a tantas mudanças que ocorreram no país nessa última década, o que terá acontecido

com a estrutura rural, esse pedacinho do Brasil que ocupa 99% do nosso território? Não sabemos. E o pior é que talvez não saibamos por ainda mais tempo, porque o censo decenal não está garantido, o que é um absurdo para um país tão dependente da agricultura e que sistematicamente deteriora seus termos de troca ao exportar cada vez mais água, solo e proteína para importar relativamente cada vez menos microchips. E faz isso derrubando árvores centenárias com máquinas de última geração.

Por isso, não saber o que está acontecendo é também uma péssima estratégia ambiental. O Censo Agropecuário, que seria melhor chamado de Censo Rural, tem a preciosa função de nos apresentar as bases agrárias que teremos para implantar tantos compromissos assumidos, mesmo aqueles considerados modestos. Os fascinantes mapeamentos por satélite e modelos complexos de priorização espacial são capazes de indicar, por exemplo, as áreas estratégicas para restauração dos 12 milhões de hectares prometidos pela nossa [INDC](#), bem como diagnosticar os outros 15 milhões de hectares degradados a serem recuperados, outra promessa. Mas ainda está por ser inventado um satélite que bata à porta do produtor rural para saber se ele conta com Assistência Técnica, orientação sem a qual não se quebra a inércia cultural que emperra a intensificação das pastagens no Brasil. E sem aumento da produtividade as chances das florestas em pé diminuem.

Ignorar a origem das receitas e destinos dos custos de produção impossibilita estimar o lucro, e daí o custo de oportunidade de se reservar áreas a serem restauradas com vegetação nativa. Sem saber a quantidade de pessoal ocupado nas atividades rurais, não dá para contar a capacidade de mão-de-obra disponível no campo para plantar as mudas e sementes das florestas vindouras. Desconhecer a composição dos investimentos realizados com capital próprio e de terceiros dificulta a proposição de taxas de juros especiais para créditos destinados à adequação das propriedades ao Código Florestal. Dessaber o quanto de vegetação nativa é declarada como [APP](#) e [Reserva Legal](#) impede entender a quantas anda a disposição do produtor em assumir seu comprometimento com o Código, e inviabiliza comparações com o [Cadastro Ambiental Rural \(CAR\)](#).

Enfim, sem um levantamento abrangente do que se passa no chão fica difícil dar escala a qualquer coisa. E é por isso que o censo agropecuário é muito mais do que agrícola e agrário, é rural, e que nos dará a posição de onde estamos e aonde podemos chegar com as políticas ambientais e comprometimentos que temos assumido.

Leia também

<http://www.oeco.org.br/colunas/paulo-barreto/como-reverter-o-novo-surto-de-desmatamento-na-amazonia/>

<http://www.oeco.org.br/colunas/paulo-barreto/dos-slides-para-a-vida-real/>